

ANA LÍDIA SILVA MELLO MONTEIRO

MÉTODOS CONSENSUAIS E TUTELA AMBIENTAL EFETIVA



Rua Itupava, 118 - Alto da Rua XV, CEP 80045-140 Curitiba – Paraná
Fone: (41) 3075.3238 • Email: alteridade@alteridade.com.br
www.alteridade.com.br

Conselho Editorial

Carlos Luiz Strapazon	Jairo Enrique Herrera Pérez
Claudia Rosane Roesler	Jairo Gilberto Schäfer
Daniela Cademartori	José Antonio Savaris
Fabiano Hartmann Peixoto	Marcos Garcia Leite
Guido Aguila Grados	Luis Alberto Petit Guerra
Ingo Wolfgang Sarlet	Paulo Márcio Cruz
Isaac Reis	Zenildo Bodnar

M775

Monteiro, Ana Lúcia Silva Mello
Métodos consensuais e tutela ambiental efetiva / Ana Lúcia Silva
Mello Monteiro - 1.ed. – Curitiba: Alteridade Editora, 2021.
198p.; 21,5cm

ISBN 978-65-89533-07-8

1. Meio ambiente. 2. Tutela ambiental. 3. Direito
ambiental. I. Título.

CDD 342(22.ed)
CDU 342.951

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Catalogação: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9/626
Diagramação: Jonny M. Prochnow
Capa: Paulo Benczik

SUMÁRIO

Rol de Abreviaturas e Siglas	9
Rol de Categorias	11
Introdução	19
Capítulo 1 – MEIOS TRADICIONAIS DE ALCANCE DA TUTELA AMBIENTAL ...	23
1.1 - Meio Ambiente: bem fundamental, base para o paradigma da sustentabilidade e fundamento do Estado de Direito Ambiental	23
1.2 - A Definição de “Tutela Ambiental Efetiva”	37
1.3 - Panorama dos Instrumentos de Garantia da Ordem Pública Ambiental: meios de efetivação da tutela ambiental de caráter repressivo no ordenamento brasileiro	41
1.3.1 - A via administrativa na sistemática brasileira	46
1.3.2 - Os instrumentos extrajudiciais do Microssistema de Tutela Coletiva	52
1.3.3 - Os instrumentos judiciais do Microssistema de Tutela Coletiva - <i>ultima ratio</i> para a tutela do meio ambiente	55
Capítulo 2 – AS DIFICULDADES PRÁTICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA TUTELA DOS BENS AMBIENTAIS	67
2.1 - Fatores Causadores do Déficit de Efetividade da Garantia Secundária de Tutela Ambiental	67
2.1.1 - Dificuldades de efetivação da tutela ambiental inerentes à natureza dos bens e interesses tutelados	69
2.1.2 - Dificuldades de efetivação da tutela ambiental decorrentes da sistemática processual.....	73

2.1.3 - Dificuldades de efetivação da tutela ambiental decorrentes do comportamento dos atores do processo.....	79
2.2 - Problemas de Inefetividade da Solução Judicial Adjudicada e a Necessidade de se Buscar Alternativas	84
Capítulo 3 – A ADOÇÃO DOS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS NO ÂMBITO DA TUTELA COLETIVA AMBIENTAL	89
3.1 - O Sistema Multiportas no CPC/15 e sua Aplicabilidade ao Microsistema da Tutela Coletiva	89
3.2 - A Lei nº 13.140/2015: meios consensuais nos conflitos envolvendo a administração pública	96
3.3 - Os Métodos Alternativos Legalmente Previstos.....	98
3.3.1 - A conciliação	99
3.3.2 - A mediação.....	101
3.3.3 - A arbitragem	104
3.4 - Métodos Alternativos como Resposta à Efetividade da Tutela nos Conflitos Ambientais.....	108
3.4.1 - A superação do óbice afeto à natureza dos bens e interesses tutelados.....	109
3.4.2 - A superação do óbice afeto às formalidades processuais.....	112
3.4.3 - A superação do óbice da postura adversarial dos atores do processo.....	115
3.4.4 - A superação do problema de inefetividade da solução judicial adjudicada	118
3.6 - Os Meios Consensuais e a Legislação Brasileira: limites e possibilidades	121
3.6.1 - Os limites para a adoção dos meios consensuais: legalidade e indisponibilidade	122
3.6.2 - Permissivos legais para utilização dos meios consensuais em matéria ambiental	125
3.7 - A Proposição da Mediação como Método mais Adequado às Características dos Conflitos em Torno dos Bens Ambientais	129
Capítulo 4 – A TUTELA AMBIENTAL EFETIVA NA SISTEMÁTICA DA UNIÃO EUROPEIA E DA REPÚBLICA PORTUGUESA	135
4.1 - O Direito da União Europeia: estabelecimento de padrões de proteção e eficácia de seus princípios sobre os ordenamentos dos Estados-membros....	136
4.2 - O Estado de Direito Ambiental Português e seus Instrumentos de Efetividade	140

4.2.1 - A via judicial de tutela ambiental.....	144
4.2.2 - O Decreto-Lei nº 147/2008: avanços em prol da efetividade da tutela ambiental.....	150
4.3 - Os Métodos Alternativos no Ordenamento Português e sua Admissão em Matéria Ambiental	157
4.3.1 - Da experiência europeia e portuguesa: contribuições e exemplos em prol da efetividade da tutela ambiental	171
Considerações Finais	179
Referência das Fontes Citadas	185